

"A Europa depois de Amsterdão" in Expresso

Source: Expresso. 21.06.1997, n° 1286. Lisboa.

Copyright: (c) Francisco SEIXAS DA COSTA

URL: [http://www.cvce.eu/obj/"a_europa_depois_de_amsterdao"_in_expresso-pt-95df0bc9-5402-48d5-bc5a-4ec4120f7ee4.html](http://www.cvce.eu/obj/)

Publication date: 16/11/2012

A Europa depois de Amesterdão

A principal questão que a generalidade dos cidadãos coloca, no termo da Conferência Intergovernamental que há dias decorreu em Amesterdão, é, com certeza, saber se a Europa que sai desta cimeira é ou não uma Europa diferente daquela que tem vindo a marcar o seu quotidiano e se algo de concreto e de positivo acabará por resultar deste exercício tão mediatizado.

Julgo que ninguém tem uma resposta para esta questão porque ela vai depender de um conjunto de factores cuja imprevisibilidade é muito elevada. Só o modo como se conseguir conjugar elementos como as medidas de apoio à luta contra o desemprego com a integração económico-monetária é que vai definir, por exemplo, o ambiente psicológico nas opiniões públicas europeias que pode, ou não, vir a permitir avanços na execução de um conjunto de outras políticas no quadro comunitário.

Quero com isto dizer que a apetência dos povos europeus por «mais Europa» vai depender do modo como soubermos dar expressão útil aos mecanismos de integração já em vigor, isto é, como soubermos utilizar a Europa que já temos.

Mas isso tem a ver, cada vez mais, com elementos de conjuntura que é impossível controlar. Se há lição que podemos e devemos tirar de Amesterdão é a de que o projecto europeu sofre de uma fragilidade congénita que o torna prisioneiro dos circunstancialismos que envolvem os momentos das grandes decisões, tem uma dependência muito acentuada das personalidades que titulam as estruturas políticas nacionais e comunitárias e, essencialmente, padece da necessidade de encontrar, em permanência, um ponto de equilíbrio entre a maturação das soluções propostas e o grau da respectiva aceitabilidade em cada país.

E é aqui que se insere muito do que se passou nas últimas semanas e que, queiramos ou não, acabou por marcar tudo quanto saiu de Amesterdão.

A circunstância de as áreas de intervenção que a Europa se propõe regular cada vez mais se situarem na perigosa e indefinida fronteira daquilo que os cidadãos se habituaram a ver como um domínio nacional de competência, como um terreno que marca a própria identidade dos Estados e a sua autonomia decisória, é um elemento limitador de que todos temos que ter consciência. Estamos, a título de exemplo, a referirmo-nos a temas como a política externa, a área da Defesa e Segurança e todo o conjunto de matérias de ordem judicial e no campo da Segurança Interna.

Convém também ter presente que o juízo das opiniões públicas e dos dirigentes políticos que as procuram representar tem naturalmente uma expressão não uniforme nos diversos países europeus, relevando das idiosincrasias nacionais, as mais das vezes marcadas por factores históricos e elementos de menor racionalidade. Encontrar um terreno que possa ser entendido como comum neste domínio é, como se compreende, um exercício complexo.

Quando se fala da escassa ambição das soluções desenhadas em Amesterdão, convém ter claro que a Europa tem que ser. hoje como sempre, precisamente aquilo que os europeus entenderem em cada momento que ela deve ser — nem mais, nem menos.

É hoje óbvio que a Europa não pode constituir-se como um mero produto de uma negociação institucional de peritos e que, à medida que progride na linha de integração, tem de ter consigo, como condição essencial da sua sobrevivência como modelo, a vontade das populações.

Esse teste de legitimidade é essencial e, se o não efectuarmos no dia-a-dia, as consequências revelar-se-ão forçosamente nas ruas, nos quadros de expressão que a realidade utiliza para mostrar a inadequação dos modelos institucionais.

Para que os cidadãos tenham solidariedade com o projecto europeu é forçoso que não se sintam no papel da velhinha a quem o escuteiro quer, à viva força, ajudar a atravessar a rua — mesmo que não seja essa a vontade da senhora. O vanguardismo europeu, que é uma forma detestável de paternalismo e de sobrançeria

política, tem os dias contados num mundo onde a participação e a transparência são elementos centrais, em que as pessoas se interrogam permanentemente sobre o porquê das decisões, em que o julgamento político se faz cada vez mais fora dos momentos sincrónicos dos escrutínios.

Essa foi, e para regressar a Amesterdão, a grande virtualidade do «efeito Jospin». O abalo político provocado pela introdução no debate europeu, com a expressão que teve, da dimensão social e económica do projecto integrador veio revelar que a «Europa real» está viva. Tem condições de expressão política e pode impor-se e moldar a «Europa virtual», que alguns sectores da classe política criaram como palco de um espectáculo de onde sistematicamente saíam aos ombros de si próprios.

Francisco Seixas da Costa

Secretário de Estado dos Assuntos Europeus e representante português na Conferência Intergovernamental